

Para Thales, não tem juízo quem fala em 6 anos

"Acho que as pessoas perderam o bom senso. Só pode ser isso". Com esta frase, o chefe da assessoria especial da Presidência da República, o ex-ministro Thales Ramalho, um dos principais articuladores políticos do Governo, negou que as especulações em torno de uma manobra para dar seis anos para o mandato do presidente José Sarney, tenha inspiração no Planalto.

Essa estória deve ter origem nas mesmas pessoas que engendraram a versão de que estaria sendo articulado um golpe militar. Tudo fantasia, e só pode sair da cabeça de quem perdeu totalmente o bom senso", acrescentou Ramalho. Ele lembrou que a posição do presidente Sarney a respeito da duração de seu mandato foi colocada, publicamente em pronunciamento que fez à Nação em maio do ano passado, através de

uma cadeia de rádio e televisão.

— Naquela ocasião, o presidente Sarney definiu-se pelos cinco anos para o seu mandato e pelo sistema presidencialista de governo. Não movido por qualquer interesse pessoal, mas por entender que, abrindo mão de um ano de seu mandato, e defendendo o presidencialismo estava indicando que, assim seria melhor para o País, disse Thales Ramalho.

Thales Ramalho entende que não se pode brincar com assunto da seriedade do mandato, e, na verdade, afirmou "seria uma brincadeira imaginar que o presidente Sarney poderia estimular qualquer manobra tendo como objetivo ampliar seu mandato, que deverá ser igual aos demais presidentes da República, como já decidiu a maioria da Constituinte: cinco anos.

Articulação tem risco

REJANE DE OLIVEIRA Da Editoria de Política

Se as disposições transitórias da nova Constituição não fizerem qualquer referência ao mandato do presidente Sarney, prevalecerá o que determina a atual Constituição, ou seja, seis anos de governo. Nem mais, nem menos.

É com base neste raciocínio que alguns políticos ligados ao Planalto estão estudando fórmulas capazes de evitar que o assunto — mandato presidencial — volte a aparecer no texto constitucional. Uma das idéias em cogitação é a retirada de todas as emendas que fixam o mandato em cinco anos, em especial a proposta coletiva do deputado Matheus Iensen. Quanto às emendas marcando eleições para este ano, entendem que esses mesmos parlamentares que o Governo tem número "mais do que suficiente" para rejeitá-las.

Ao contrário do que dão a entender os amigos de Sarney, contudo, assegurar a sua permanência no poder até 1991 não é tão fácil quanto parece. Na verdade, a eventual omissão da nova Carta em relação ao tamanho do mandato gera controvérsias jurídicas e não faltam os que asseguram que valerá, neste caso, o período definido no texto permanente para os futuros presidentes: cinco anos.

De qualquer forma, mesmo entre os quatroanistas há a convicção de que a omissão — *vacatio legis* — favorece os interesses do Planalto. Afinal, fica mais fácil conseguir da Justiça a prevalência do mandato anterior, sob o argumento de que a Constituinte preferiu não tratar do assunto do bléa.

Para evitar que o assunto entre nas disposições transitórias, as lideranças governistas terão que enfrentar uma verdadeira maratona. Não se trata simplesmente de retirar a emenda Matheus Iensen, até porque existem outras nove propostas sobre a realização de eleições presidenciais no próximo ano, com posse em 90 (mandato de cinco anos). Convencer todos os autores a apoiar os seis anos pode ser tarefa difícil, inclusive porque alguns preferem a realização de eleições gerais. Rejeitá-las, uma a uma, pode significar a perda de aliados e o risco de vitória das emendas quatroanistas.

Embora o tamanho do mandato de Sarney só apareça no artigo 4º do projeto da Sistematização, é já no

Planalto quer bloco ainda mais forte

Sarney reúne cúpula do governo para ampliar sustentação no Congresso

EUGENIO NOVAES



Lobão, Sant'Anna e Derzi: fazendo um balanço otimista para o Planalto

Sarney volta a procurar o PMDB e PFL

O presidente José Sarney pretende conversar esta semana com os presidentes do PMDB e do PFL, Ulysses Guimarães e Marco Maciel, explorando a possibilidade de restabelecer uma aliança partidária para que o Governo possa concluir o processo de transição sem acidentes de curso, segundo afirmaram, ontem, os senadores Saldanha Derzi, líder governista no Senado, e Edison Lobão, um de seus vice-líderes.

Derzi, que manteve conversa com o Presidente ontem pela manhã, disse que o Governo pretende reconstituir uma espécie de Aliança Democrática mais ampla. Se esse projeto se revelar inviável é que partirá para articulações destinadas a formar um bloco suprapartidário. "Antes, devemos prestigiar os partidos", explicou o senador matogrossense.

Derzi sustenta que, com a decisão da Constituinte em favor do presidencialismo e cinco anos de mandato, "surgiu uma luz no fim do túnel", faltando pouco para que o Governo complete o processo de transição democrática, imune aos riscos de crises institucionais, que todos desejam afastar.

— Para afastar a hipótese de nova intervenção militar, que não é desejada por ninguém de bom senso — disse o líder — é necessário dar ao Governo uma sólida base de sustentação política. O Presidente deseja prestigiar os partidos, formando uma aliança tanto quanto possível a mais ampla.

O senador Edison Lobão também defendeu a tese de que se deve buscar uma aliança de partidos, em primeiro lugar.

— Se isso não for possível, se a tentativa do Presidente não der resultado, nos entendimentos que ele manterá com os dirigentes partidários, é que se partirá para a formação de um bloco suprapartidário — disse o senador Edison Lobão, lembrando que o Governo precisa contar com sólida sustentação política para concluir a transição.

O presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho, acha pouco provável constituir uma Aliança Democrática ampliada, em face das divisões que se registram em todos os partidos. Lembrou que há uma ala descontente no PMDB, há dissidentes no PFL e há uma divisão interna no PDS caso se coloque a possibilidade de uma aliança com o Governo.

O senador Saldanha Derzi disse que não simpatizou com a idéia de formar bloco suprapartidário, sem antes tentar uma aliança de partidos. "As democracias vivem de partidos. Precisamos prestigiar e fortalecer os nossos partidos", disse, sustentando que este é o desejo de Sarney.

INVIÁVEL

O Senador Marco Maciel acha que a reconstrução da Aliança Democrática é inviável e que o apoio ao programa mínimo que o presidente Sarney prepara estará condicionado ao teor do documento que terá, necessariamente, de ser submetido ao partido. Maciel afirmou que seu apoio à transição é irrestrito, mas que uma aliança com o Governo só poderá ser avallada após a conversa com o presidente Sarney, para a qual se diz receptivo.

Segundo o presidente do PFL, a Aliança Democrática extinguiu-se pela absoluta impossibilidade de operar com êxito o trabalho político que o Governo reclamava.

Não há partidos, diz o Presidente

Ao mesmo tempo em que afirmava estar interessado no fortalecimento dos partidos, o presidente Sarney disse ontem que os partidos nacionais surgiram no Brasil há pouco tempo, acrescentando que "na realidade de nós só temos partidos regionais que agrupam o que se agrupam a nível nacional". A crítica à atuação dos partidos existentes no Brasil foi feita em entrevista transmitida ontem pelo programa "Rede Brasil", que reúne 28 emissoras de televisão, sob a coordenação da Radiobrás e Funtvê.

— Se nós quisermos ter democracia consolidada, instituições fortes, teremos que ter partidos fortes e partidos consolidados. E esse é o meu interesse, afirmou Sarney. O Presidente lembrou que os partidos nacionais surgiram no Brasil há pouco tempo, acrescentando que "na realidade de nós só temos partidos regionais que agrupam o que se agrupam a nível nacional". A crítica à atuação dos partidos existentes no Brasil foi feita em entrevista transmitida ontem pelo programa "Rede Brasil", que reúne 28 emissoras de televisão, sob a coordenação da Radiobrás e Funtvê.

Na entrevista, Sarney disse que, em função da Assembleia Nacional Constituinte, que está reformulando as regras partidárias, "todo mundo está em compasso de espera". Manifestou sua certeza de que os partidos vão ter a mesma "força e pujança" demonstrada pelo democracia brasileira.

90 do PMDB ameaça romper

As previsões são de que entre 90 a 100 parlamentares do PMDB devem subscrever documento rompendo com o governo Sarney, formando o "bloco independente" no partido e lutando pela realização de eleições presidenciais ainda este ano. No Senado, 25 dos 43 senadores peemedebistas já assinaram o manifesto, entre eles Mário Covas, líder do partido na Constituinte.

Na entrevista, Sarney disse que, em função da Assembleia Nacional Constituinte, que está reformulando as regras partidárias, "todo mundo está em compasso de espera". Manifestou sua certeza de que os partidos vão ter a mesma "força e pujança" demonstrada pelo democracia brasileira.

Na entrevista, Sarney disse que, em função da Assembleia Nacional Constituinte, que está reformulando as regras partidárias, "todo mundo está em compasso de espera". Manifestou sua certeza de que os partidos vão ter a mesma "força e pujança" demonstrada pelo democracia brasileira.

90 do PMDB ameaça romper

As previsões são de que entre 90 a 100 parlamentares do PMDB devem subscrever documento rompendo com o governo Sarney, formando o "bloco independente" no partido e lutando pela realização de eleições presidenciais ainda este ano. No Senado, 25 dos 43 senadores peemedebistas já assinaram o manifesto, entre eles Mário Covas, líder do partido na Constituinte.

Na Câmara, em poucas horas, ontem, mais de 30 deputados também assinaram. No Senado, o coordenador foi Fernando Henrique Cardoso e, entre os deputados, Euclides Scalco e Antônio Brito.

O "bloco independente" deixará de contar com 16 integrantes — os "históricos" que já deixaram o partido, não atendendo apelos para aguardar mais um pouco, como o ex-líder Pimenta da Veiga.

O presidente José Sarney reuniu ontem os seus líderes no Congresso Nacional, 10 ministros, o assessor especial Thales Ramalho e o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, para fazer uma avaliação de sua base de sustentação política nos estados. O resultado foi satisfatório. Depois Sarney encomendou uma avaliação de sua real força dentro dos partidos, e pediu um "esforço" para agilitação na formação do bloco parlamentar, argumentando que necessita de tranquilidade para governar.

— Há uma consciência de que o governo deve ter uma forte base de apoio — afirmou o deputado José Lourenço, ao deixar o Palácio da Alvorada, não revelando, entretanto, qual a verdadeira força de Sarney nos estados, acrescentando que a avaliação será feita agora dentro do Congresso Nacional, para saber quais os parlamentares do PMDB, do PFL e dos pequenos partidos que estão do lado do Governo.

A preocupação principal do presidente Sarney, segundo o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana, é organizar a maioria que apoiará o seu Governo com a participação dos partidos. "Muito tem se falado sobre o assunto, mas o que há de correto é que o Governo está organizando a maioria sem que isto implique em qualquer hostilidade ou enfraquecimento dos partidos", disse Prisco.

O outro ministro que participou do encontro assegurou que o Governo não pensa em formar um novo partido, a partir de sua base de sustentação política, estimada hoje em 320 parlamentares, como declarou o presidente Sarney. "O que se pretende é, como tem que fazer todo Governo, costurar uma base majoritária de apoio político", disse o ministro. Ele explicou que o bloco de apoio ao Governo terá que ser de caráter informal uma vez que o regimento das duas casas — Câmara e Senado — não permita a formalização de blocos parlamentares.

NOS ESTADOS

A situação do governo, segundo José Lourenço, é tranquila nos três principais estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Mas, proporcionalmente, observou, somente no Rio Grande do Norte é que o Governo conta com o apoio de toda a bancada na Constituinte (11 parlamentares). A posição de Sarney é frágil, segundo o líder do PFL, no Rio Grande do Sul, mas ele não deu maiores explicações. Na Bahia, onde o governador Waldir Pires faz oposição explícita, Lourenço falou que a base de apoio "não é tão boa quanto desejamos e não tão ruim como queriam nossos adversários".

— Temos a base e agora vamos reunir os coordenadores de bancada e os vice-líderes — disse o deputado, esperando contar com o apoio de todos os seus companheiros de partido. Ao pedir o esforço dos ministros, e dos líderes, Sarney observou que continua empenhado em conseguir apoio político, para dar sustentação não apenas na

questão do mandato de cinco anos, mas também para garantir o sistema presidencialista.

O deputado garantiu que o apoio ao governo será conseguido através do diálogo permanente com os parlamentares, com os presidentes e os líderes dos partidos. Ele não considera que o bloco possa virar um Centrão, que foi desestruturado, argumentando que o problema maior de desunião da antiga base de sustentação foram as posições antagônicas dos constituintes referentes ao mandato e ao sistema de governo.

Ao mesmo tempo que tratou da formação de sua base de sustentação, Sarney também discutiu as ações de seu governo para os dois últimos anos de mandato, revelou o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo e da maioria na Câmara. Ao contrário de Lourenço, Sant'Anna disse que não foram tratados temas referentes à situação política. Já o senador Saldanha Derzi, líder do governo no Senado, saiu do Palácio da Alvorada defendendo eleições diretas.

Participaram da reunião os seguintes ministros: Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações; Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Borges da Silveira, da Saúde; José Hugo Castelo Branco, da Indústria e do Comércio; Hugo Napoleão, da Educação; José Reinaldo Tavares, dos Transportes; Jader Barbalho, da Reforma e do Desenvolvimento Agrário; João Alves Filho, do Interior; Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente; e Iris Rezende, da Agricultura.

O QUADRO DOS LÍDERES

Acre — tranquilo	Minas Gerais — tranquilo
Amazonas — ótimo	Rio de Janeiro — tranquilo
Pará — ótimo	São Paulo — tranquilo
Maranhão — ótimo	Paraná — podia ser melhor
Plauj — bom	Santa Catarina — podia ser melhor
Ceará — tranquilo	Rio Grande do Sul — frágil
Rio Grande do Norte — ótimo	Goiás — ótimo
Paraíba — tranquilo	Mato Grosso — frágil
Pernambuco — não tão mau quanto parecia	Mato Grosso do Sul — podia ser melhor
Alagoas — frágil, mas melhorando	Rorônia — tranquilo
Sergipe — tranquilo	Amapá — tranquilo
Bahia — não tão mau quanto parecia	Roraima — tranquilo
Espirito Santo — mau	

Iensen não retira

Da Sucursal

mesma posição em relação à permanência da emenda. Há muita especulação quanto à retirada da emenda, disse Iensen, porque isso abriria espaço para a discussão dos seis anos de mandato para o presidente Sarney. O constituinte pretende, ainda nesta semana, fazer uma consulta ao próprio presidente e aos 316 deputados que assinaram sua emenda, mas tem certeza de que todos são favoráveis à sua continuidade na pauta.

O senador Saldanha Derzi disse que não simpatizou com a idéia de formar bloco suprapartidário, sem antes tentar uma aliança de partidos. "As democracias vivem de partidos. Precisamos prestigiar e fortalecer os nossos partidos", disse, sustentando que este é o desejo de Sarney.

Lei do Conselho de Defesa fica

O plenário da Constituinte rejeitou ontem um destaque supressivo do deputado Eduardo Bonfim (PC do B/AL) que visava impedir a criação do Conselho de Defesa Nacional. Foi a questão que despertou maior discussão na sessão de ontem, antes de ter sido rejeitada por 284 votos contra 46 e quatro abstenções. O argumento básico da defesa do destaque, feita pelos deputados Haroldo Lima (PC do B/BA) e José Genóino (PT/SP), foi que o órgão proposto no texto se

apresenta como uma nova versão do Conselho de Segurança Nacional. Para Adolfo Oliveira (PL/RJ) e Ricardo Fiúza (PFL/PE), que se pronunciaram contra a supressão, este é apenas um instrumento de assessoria do Presidente da República". O relator Bernardo Cabral concordou e, ao dar parecer contrário ao destaque, alertou que este instituto não dava guarida "ao fantasma do militarismo". 50 por cento dos membros do Conselho de Defesa serão militares.